

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO**

**Estudantes ocupam
Reitoria da USP**

**A falta de debate
sobre o redesenho
institucional**

1.º DE MAIO DE LUTA

Enquanto as grandes centrais sindicais empenhavam-se em realizar grandes festas, com shows de música popular e distribuição de prêmios, sindicatos e organizações de oposição juntaram-se para um grande ato na Praça da Sé, em São Paulo.

Estavam presentes organizações como Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas), Intersindical, Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, (MTST), UNE, pastorais e partidos políticos de esquerda. Foram aproximadamente 5 mil pessoas num grande ato de protesto contra as reformas neoliberais que vêm sendo gestadas nos gabinetes do governo Lula.

O lema “Em defesa da aposentadoria, dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas” norteou o 1.º de Maio classista em São Paulo. A luta contra uma reforma da Previdência Social, que eleva para 65 anos a idade mínima para aposentadoria, foi lembrada pela maioria das organizações

presentes. Outras bandeiras levantadas pelos trabalhadores foram a reforma agrária, presente nos discursos do MST, e a luta por moradia, representada pelos militantes do MTST, cuja ocupação em Itapicirica da Serra continua sob ameaça.

No início da tarde, os manifestantes seguiram em passeata até a Praça do Patriarca, em frente à sede da Prefeitura, também no centro da capital paulista, onde o ato foi encerrado às 14 horas.

O 1.º de Maio foi apenas um dos passos de um calendário de lutas contra as reformas, que devem se espalhar por todo o país. Novas ações estão sendo previstas para o dia 23 de maio.

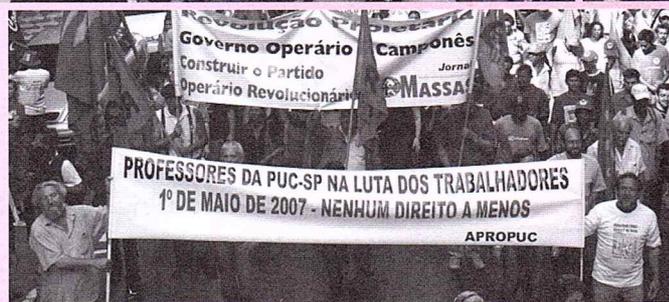
APROPUC presente

A APROPUC levou uma faixa em defesa dos direitos dos trabalhadores. Para o professor Erson Martins, um dos diretores da associação presentes ao ato, “o 1.º de Maio de luta mostrou a importância de um ato independente do gover-

no. Enquanto que as outras centrais alinhavam-se ao governo federal, os sindicatos e organizações de oposição mostravam que mesmo uma manifestação minoritária pode apontar o sentido da luta, opondo-se à estatização dos sindicatos”.



FOTOS DE JULIA CHEQUER



Acima a passeata pelas ruas de São Paulo; ao centro ato na Praça da Sé e os militantes do MTST; abaixo a presença da APROPUC no ato.

PDE de Lula

A constatação de que os alunos da escola pública pouco aprendem ou nada aprendem não é novidade. O termo "analfabetismo funcional" é-nos conhecido há muito. No entanto, a avaliação governamental foi apresentada como descoberta.

A razão inovadora: revelar as causas e implantar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), concebido pelo ministro Fernando Haddad. Ponto de partida: sabe-se que as condições sociais atingem a aprendizagem, no que se refere aos estudantes e professores.

Quanto às crianças, acredita-se que o programa assistencial Bolsa Família está ajudando a suprir a miséria; quanto aos professores, que a implantação de um piso salarial de R\$ 800,00 resolverá em grande medida o problema. Os arquitetos do PDE valem-se dessa crença para assim chegarem à grande descoberta: falta de recurso para a educação não é problema, a miséria da meninada está se resolvendo com o assistencialismo, os professores do norte/nordeste serão brindados com o novo piso nacional, logo falta apenas mexer num dos números da equação, ou seja, a gestão escolar, a qualificação e avaliação dos docentes.

Segundo o governo esses três aspectos estão ligados, e comparecem como nó da crise do ensino. Guiam, portanto, as diretrizes do PDE. Os recursos serão distribuídos segundo o mapa do pouco rendimento escolar; os diretores terão de ser centralizadores e os professores serão avaliados.

Aplausos do ex-ministro Paulo Renato e empresário da educação. Aplauso de todos. Enfim, Lula se mostrou convencido da necessidade de aplicar rigorosamente a orientação do Banco Mundial.

As medidas traçadas pelo governo FHC fracassaram. Sobrou a avaliação. Método que serviu ao governo Lula para descobrir que há anarquia organizativa da escola, que é preciso diretores que funcionem como inspetores, que a escola deve funcionar segundo padrões de gestão empresarial, determinação de metas, avaliação do trabalho dos professores individualmente e da unidade escolar. Como se pode ver, por detrás do Sr. Haddad, estão os tais dos planejadores, que chegaram à conclusão que o grande culpado das crianças e adolescentes não aprenderem são os professores, desqualificados e com pouca vontade de trabalhar (muitas faltas).

Os analistas menos diplomáticos vão bem longe – acham que é preciso acabar com a estabilidade dos concursados e com a distribuição geral de aula. Querem que cada unidade funcione como empresa; os moldes da escola privada, com um patrão que admite e demite já estaria bom. Está aí a centralização e o poder patronal do diretor.

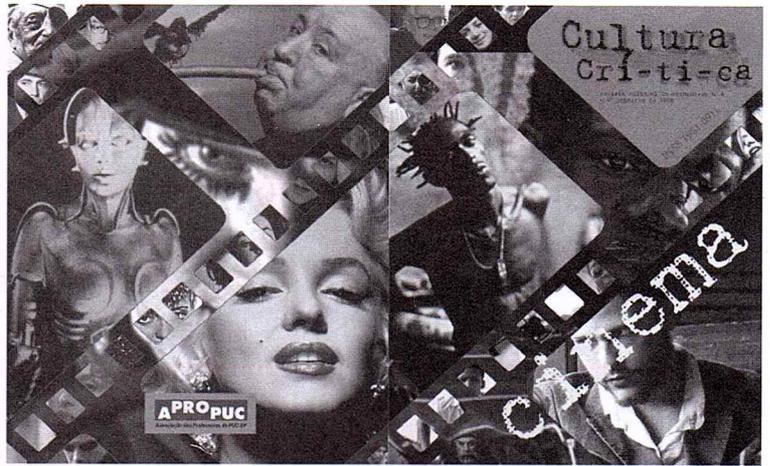
A estrutura empresarial está voltada para os ricos, que se alimentam excelentemente bem e têm tudo ao seu alcance. Os professores têm salários diferenciados. A escola pública, ao contrário, abarca a grande maioria dos pobres, o maior salário dos professores chega a 3 salários mínimos e meio, por 40 horas de trabalho, como em São Paulo.

Portanto, a gestão empresarial da escola, a distribuição de verbas e a avaliação dos professores funcionam como repressão. Para que seja assim, os docentes devem perder a estabilidade, todos concorrer no estreito mercado e perder o posto, segundo avaliação de um diretor, que por sua vez estará nas mãos de um supervisor etc.

O PDE do governo dirige-se a acabar com importantes conquistas do magistério público, sem resolver o dilema da não aprendizagem. A maioria das crianças continuará na miséria, os professores ganhando pouco, enfrentando inúmeras classes com 50 alunos cada, muitas vezes lecionando em várias unidades e não podendo continuar seus estudos (o governo vale-se da mentira da qualificação on-line, ensino a distância).

O PDE é mais uma fraude contra a educação pública e um ataque ao trabalho dos professores. A Universidade deveria discutir os problemas centrais da educação, rejeitar o mercantilismo, o dirigismo empresarial e lutar pelas condições sociais das massas exploradas, raiz da não aprendizagem. Onde há miséria e fome não tem como vicejar a escola.

Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.



PUBLICAÇÃO

Cinema é o tema da nova edição de *Cultura Crítica*

A revista *Cultura Crítica*, publicação semestral da APROPUC chega agora ao seu 4.º número. Depois de passar pela poesia, pela música e pelo teatro, a revista aprofunda agora a discussão sobre o cinema, privilegiando a abordagem crítica da sétima arte.

Um depoimento sobre os 50 anos de *O Cangaceiro*, de Galileu Garcia, abre a revista, que prossegue com um substancioso artigo de Ismail Xavier sobre a obra de Eduardo Coutinho. Constança Hertz debate a crítica de cinema no Brasil, enquanto Jorge Rogério Pequim aborda o neo-realismo no Brasil.

Os professores da PUC-SP Edgard de Assis Carvalho, Edmilson Felipe, Maria Antonieta Martinez Antonacci, Ricardo Melani e Ivan Rodrigues Martín discorrem sobre diferentes aspectos da linguagem cinematográfica, bem como as suas possibilidades sociais.

A revista ainda conta com trabalhos de Paula Faro, Renata Pri-

mavera, Ângela Zamora, Verônica Ferreira Dias, Gabriel Kolyaniak, Gustavo Törtelli, Anselmo Vasconcellos, entre outros. No seu editorial o professor Erson Martins, diretor da APROPUC, destaca o papel do cinema russo, cujo nascimento coincidiu com a Revolução Russa, o que propiciou um outro desenvolvimento de sua técnica, uma vez que ele não se prendeu, como nos demais países capitalistas, a aspectos meramente mercantis. "Hoje, o controle das corporações, completamente submetidas ao capital financeiro, exige a luta pela emancipação dessa grande arte. Há que transformá-la em propriedade coletiva. O que se passou na Rússia de 1917, momento de um cinema vivo, terá de ser retomado, sob novas bases", conclui o professor.

A nova edição da *Cultura Crítica* começa a ser distribuída na próxima semana aos associados da APROPUC.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br

PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

Reportagem: Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira

Fotografia: Fábio Nassif e Julia Chequer

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração:

Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Debate sobre ensino a distância alerta estudantes da licenciatura

Na semana passada, 26/7, o Plano Geral de Licenciatura da Faculdade de Educação da PUC-SP realizou o debate *Educação a distância: desafios e perspectivas*. Desde que foi embutido no plano de reestruturação educacional do governo federal, como uma das alternativas para o ensino superior, o tema vem ganhando maior destaque entre as discussões sobre os rumos do magistério no Brasil.

Na PUC-SP não poderia ser diferente. É inclusive uma das muitas universidades que já desenvolve trabalhos de preparação de profissionais para a criação, mediação e orientação de cursos a distância.

O debate contou com a participação dos professores Lucila Maria Pesce de Oliveira, da Faculdade de Educação, Erson Martins, diretor da Apropuc, e Maristela Lobão de Moraes Sarmiento, do curso de Tecnologias e Mídias Digitais da PUC-SP, e foi coordenado pela professora Darcy Raiça, também da Faculdade de Educação.

Inclusão ou exclusão?

A professora Lucila Pesce abriu a discussão afirmando que não se deveria defender incondicionalmente e nem exorcizar o ensino a distância. Segundo ela, trata-se, acima de tudo de uma estratégia para a redução de custos. Prevê uma reforma da prática profissional conforme a contextualidade imperativa do modelo neoliberal de ensino.

Para Lucila, a aplicação do ensino a distância, dentro dos moldes que o colocam como alternativa em detrimento da aula presencial, é a ilusão de que a massificação da cultura pode capacitar mais pessoas.



JULIA CHEQUER

A discussão sobre ensino a distância proporcionou um grande interesse entre os estudantes presentes

Esquece-se que a formação do professor se dá através de uma relação dialética.

São diversos os desdobramentos da aplicação sem critérios desse sistema. Um deles, segundo a professora, é habilitar o profissional e inseri-lo num mercado de trabalho de "empregabilidade", no mercado do não-emprego, em que ele possa ser adaptável para o que existir. "Minha crítica não é acerca do recurso, mas do uso que é feito dele", completou Lucila.

O professor Erson Martins foi direto ao ponto. "A tecnologia passou a ser a indutora de uma idéia de melhoria da educação, o que é perigoso", pontuou. Erson observou que esse é um projeto conjecturado desde a ditadura e, agora, implementado por Lula. "Uma coisa que aprendi como professor é que a educação é coletiva. Sou professor há 45 anos", disse ele.

Seguindo a linha de Lucila Pesce, Erson reforçou o fato de esse sistema servir a uma lógica neoliberal e de ter suas colocações disfarçadas pela falsa idéia de democratização da educação. Lembrou que existem 40% de vagas ociosas nas universidades, jus-

tamente pelo fato da maioria não poder pagar. No entanto, o ensino a distância vem reforçar a mercantilização da educação. Segundo o professor, boa parte dessa discussão sobre democratização é de fundo social, ou seja da divisão de classe.

Já a professora Maristela Lobão tentou salvar o novo sistema. "É verdade que é uma política neoliberal, é verdade que é voltado para o mercado. As críticas são verdadeiras, mas há coisas que são positivas", apontou Maristela. A professora reforçou os diversos pontos negativos levantados pelos dois primeiros debatedores: o aligeiramento do processo de formação, a mecanização, a homogenização, a diminuição de contatos humanos pedagógicos, enfraquecimento dos vínculos de linguagem, entre outros, e disse que o mesmo pode ser provocado pelos livros didáticos ou pelas estruturas da universidade.

Maristela disse também que o uso de tecnologias na educação causa um certo desconforto simplesmente porque altera referências de tempo e espaço, nas formas de relacionamento e no exercício do poder.

Estudantes ocupam reitoria da USP em defesa da autonomia universitária

Os estudantes da USP ocuparam a Reitoria da universidade em 3/5. Após inúmeras manifestações contra as precárias condições de moradia estudantil e os recentes decretos impostos pelo governador José Serra, a Reitoria da instituição comprometeu-se em comparecer a uma audiência pública com os estudantes. No dia e na hora marcados, 3/5 às 16h, nenhum representante apareceu.

Os estudantes então rumaram até o prédio da Reitoria para pacificamente entregar sua pauta de reivindicações. Os seguranças e a Polícia Militar tentaram barrar a entrada e após breve confronto mais de 300 estudantes entraram no prédio e lá permaneciam até o fechamento desta edição.

A mobilização dos estudantes surgiu neste ano com a continuidade da precarização do ensino superior público, agravada por um decreto do governador José Serra, que cria a Secretária do Ensino Superior e retira a autonomia das universidades, impedindo a contratação de novos professores, entre outras coisas. Os ocupantes também se posicionam contra a LDO, as condições de moradia estudantil e contra a repressão dentro da universidade. O blog dos estudantes é ocupacaouspblog.terra.com.br e o e-mail para contato é ocupacao.usp@gmail.com.

Professores estaduais

Já os professores da rede estadual

de ensino de São Paulo voltaram a se reunir em assembléia geral, no dia 4/5, em frente a Assembléia Legislativa do Estado, para decidir sobre a atuação da categoria frente ao Projeto de Lei Complementar 30, que cria o SPPREV.

Foi avaliado o novo projeto enviado pelo governador do Estado de São Paulo José Serra à Assembléia Legislativa em 27/4. O texto, segundo a Apeoesp, “não contempla todas as reivindicações e mantém vários pontos obscuros”. Ainda assim, o novo projeto dividiu posicionamentos na categoria.

Até o fechamento desta edição, o indicativo de greve marcado para a assembléia ainda não havia sido votado.

FALA COMUNIDADE

Manifesto da Assembléia dos Estudantes de Comunicação Social da PUC-SP

Nós, os estudantes de Comunicação Social da PUC-SP, reunidos em assembléia convocada pelo Centro Acadêmico Benevides Paixão, realizada no dia 11 de abril ao meio-dia e às 18h30, vimos por meio deste documento manifestar nossa insatisfação com a conjuntura posta dentro da PUC-SP e prestar solidariedade aos estudantes que sofrem com a falta de bolsas, problemas de inadimplência, precarização dos cursos e com a repressão institucional dentro da PUC-SP.

Reivindicamos:

- Bolsas e condições de financiamento a todos que precisam. Pela abertura imediata de bolsas para primeiro-anistas, direito VETADO pela Reitoria neste ano. Não podemos ser coniventes com o corte de mais de 1.500 bolsas nos últimos dois anos.

- Revogação imediata do Ato n.º 01 da Vracom de 2007, que

institui a exclusão dos inadimplentes sob pena de punição aos professores que ajudarem estes estudantes.

- Pelo fim da repressão aos estudantes. Retirada imediata do processo judicial movido pela Reitoria contra os CAs. Encerramento das três sindicâncias movidas pela Reitoria contra membros do movimento estudantil desde o ano passado. A coerção punitiva da PUC-SP contra os estudantes que se organizam não condiz com o passado – e tampouco com o presente – desta instituição. Os estudantes têm o direito de se organizar e confraternizar livremente. Não podemos nos omitir e calar perante o ato político de proibição das festas dentro da PUC-SP.

- A volta dos laboratórios da Comfil e o remanejamento das salas de aulas superlotadas. Te-

mos laboratórios “emprestados da Administração”, com 25 computadores para cerca de 30 alunos. Além disso, a situação do 5.º andar está muito aquém do que exigem os estudantes de Artes do Corpo, que têm suas atividades de expressão corporal reprimidas pela segurança patrimonial.

Para tornar pública nossa indignação, realizamos atividades de paralisação no dia 17/4, dia nacional de lutas no Brasil. Também circularemos este manifesto por todas as instâncias possíveis.

Assembléia dos Estudantes de Comunicação Social



Pouca informação no debate sobre o redesenho institucional

Passados quase dois meses da definição do cronograma para a elaboração de um novo estatuto para a universidade, nenhuma proposta aparece no blog destinado à comunicação de informações sobre o redesenho institucional.

Uma das queixas levantadas pela comunidade sobre o andamento das discussões refere-se exatamente às dificuldades encontradas para acessar-se a página de discussões na Internet. Em primeiro lugar ela só pode ser acessada de dentro da PUC-SP, somente pelos computadores que estiverem integrados à rede intranet da universidade. Os usuários que estiverem dentro destas condições poderão mandar opiniões e contribuições desde que se cadastrem na página, vale dizer que os estudantes inadimplentes, que não possuem senha estão excluídos do debate. Até o final desta edição somente uma contribuição havia sido postada na página, além dos documentos preliminares que foram disponibilizados na página.

Para a funcionária Andréa de Mello, conselheira do Consun e participante da Comissão que discute o Redesenho Institucional, estas precauções fazem sentido, pois o debate é eminentemente interno e só interessa aos membros da universidade.

Porém a situação pode ser mais complicada, uma vez que uma boa quantidade de funcionários não tem acesso em seu local de trabalho à rede da PUC, ficando dessa forma fora das discussões. Andréa informou também que, em contatos com a AFAPUC, ficou estabelecido que a entidade procurará formas de divulgar as propostas encaminhadas, seja através de seu site ou de material impresso.

Durante a última assembléia da categoria os funcionários mostraram sua preocupação com o andamento das discussões, levantando o temor de que propostas, que possam configurar-se como danosas à categoria, possam ser aprovadas sem o devido debate entre os funcionários.

Para a AFAPUC a discussão tem se mostrado insipiente e a diretoria pretende convocar a categoria para um debate nos próximos dias, quando além da questão do chamado redesenho institucional serão colocadas em pauta as questões ligadas à reestruturação acadêmico-administrativa.

Comfil se pronuncia

Algumas unidades já começaram a discutir a questão em reuniões de professores ou em conjunto da Reitoria. Foi o caso do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, que reuniu-se na semana passada com a Reitoria, e o Centro de Educação, que deve realizar um encontro com

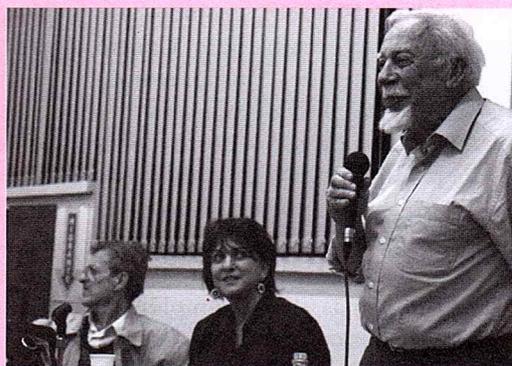
a administração da universidade nesta quarta-feira.

Já a Faculdade de Comunicação e Filosofia adiantou-se neste debate. Os professores daquela unidade expressaram-se através de documento enviado à Reitoria, onde mostraram a sua intranqüilidade com o andamento do processo. Para os docentes existiam muitas dúvidas no processo que deveriam ser melhor esclarecidas. O cronograma, por exemplo, é estreito no que diz respeito aos prazos: no dia 11/5 termina o período para a apresentação de propostas e, até o momento, nenhuma sugestão de alteração do texto foi apresentada à comunidade.

Os professores da Comfil lembraram que o processo de discussão através do blog pode apresentar diversos entraves às propostas e que nada substituiria a discussão aberta e presencial. Fica pouco claro quem seria, de fato, o interlocutor ao qual estaríamos apresentando propostas, a quem de fato devemos nos dirigir.

DEBATE

François Chesnais discute o capitalismo contemporâneo



O Núcleo de Políticas para o Desenvolvimento Humano, do pós em Economia, trouxe à PUC-SP em 30/4 o professor francês François Chesnais para um debate sobre o capitalismo contemporâneo.

Conhecido pelas suas posições críticas sobre o neoliberalismo, o professor expôs sua posição sobre a correlação de forças capital/trabalho, analisando o atual estágio do sistema capitalista.

A mesa do debate, foto acima, foi coordenada pelos professores Vito Letizia e Rosa Maria Marques, ambos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia

Falece Dr. Aquino, ex-funcionário da PUC-SP

O Dr. José Feliciano Ferreira da Rosa Aquino, conhecido como Dr. Aquino, foi um dos fundadores da PUC-SP e faleceu no dia 2/5, com 92 anos de idade. O fato de ter exercido o cargo de Secretário Geral da Universidade por 50 anos e ter sido homenageado enquanto Funcionário Emérito rendeu-lhe uma homenagem de três dias de luto na PUC-SP, sem pre-

juízo das atividades acadêmico-administrativas. Antonio Carlos Ronca, ex-reitor da PUC-SP e com quem Aquino trabalhou diretamente por 12 anos, declarou que "duas coisas me impressionaram no Dr. Aquino. Sua retidão de caráter e o amor que ele tinha pela PUC. Era um profissional muito dedicado que fazia seu trabalho com amor".

Estudantes de Comunicação debatem em Curitiba

Aconteceu no feriado prolongado do 1º de maio o Encontro Regional dos Estudantes de Comunicação Sul/Sudeste (Erecom), na UFPR, em Curitiba. O encontro reuniu mais de 180 estudantes de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para discutir questões como a Reforma Universitária, o trabalho do comunicador e as bandeiras de luta da Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social). Estiveram presentes cerca de 15 estudantes de Comunicação da PUC-SP.

Inscrições para o pós em Mídias Digitais

Seguindo o rumo do recente curso de graduação em Tecnologia e Mídias Digitais, a PUC-SP oferecerá agora uma pós-graduação em Tecnologia da Inteligência e Design Digital. O curso funcionará no campus Marquês de Paranguá e oferecerá 30 vagas para mestrado, ainda no segundo semestre deste ano. Os interessados têm apenas até esta segunda-feira, 7/5, para se inscreverem. O resultado da seleção dos candidatos será divulgado no dia 15/6. Informações: www.pucsp.br/tidd ou 3124-7216.

Adusp lança publicação sobre Fundações

O *New-Deal* administrativo das universidades paulistas recebe atenção detalhada no exemplar de abril de 2007 da revista da Adusp (Associação dos Docentes da USP). Intitulada *Dossiê Fundações 2: Parte III*. A revista busca levantar um histórico e contestar a política de Fundações nas universidades públicas paulistas, fenômeno bastante crescente e agravado pela reforma universitária do atual governo. Para a PUC-SP, o tema também é bastante caro, apesar de a situação ser diferente, uma vez que estamos sob condição de intervenção da Fundação São Paulo, que é nossa mantenedora e não Fundação de apoio, como funciona na USP (por enquanto). Merece especial

destaque a matéria intitulada *Promotor age como se fosse advogado das Fundações*, que trata do promotor público Airton Graziolli, responsável pelo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) do Ministério Público tanto da PUC-SP quanto da USP. Os trechos do texto de Graziolli, selecionados e comentados, mostram a disposição do promotor em defender as fundações, colocando-as na vanguarda do processo educativo e como modelo de eficiência, enquanto critica a Adusp chamando-a de "desbotada e antiga, pois não consegue visualizar no estado moderno das coisas a interação entre o público e o privado". Para conferir a revista na íntegra, acesse o site www.adusp.org.br.

Conjuntura brasileira é tema de debate

Nesta segunda-feira, 7/5, o Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia (EITT) do pós em Economia Política, promove uma reunião de discussão em torno da pauta *Conjuntura brasileira: impactos na indústria e no trabalho*. A reunião será às 14h, na sala 500-C (5.º andar do Prédio Novo).

Nact discute crise energética

Na quarta-feira, 9/5, o Núcleo de Análise de Conjuntura Internacional (Naci) da PUC-SP organiza a palestra *A crise mundial de energia e a biomassa brasileira*, com o economista Adriano Benayon. A palestra acontece às 14h, na sala 134-C (1.º andar do Prédio Novo). Maiores informações podem ser obtidas nos telefones 3670-8517 ou 3670-8136.